



Posição Comum dos membros do OIDP nas discussões sobre a agenda de desenvolvimento Pós-2015

A importância da participação cidadã e do impulso democrático no âmbito de desenvolvimento Pós-2015

Os membros do OIDP felicitam a sociedade civil e os organismos internacionais pelas discussões sobre os objetivos de desenvolvimento, tanto pela forma dos debates como pelo conteúdo dos mesmos. No intuito de contribuir para aperfeiçoar este marco e para incluir a visão do OIDP, cujo objetivo é fomentar a difusão da democracia participativa entendida como a implicação dos cidadãos na governabilidade, recuperando a confiança da cidadania nas instituições democráticas e nos seus representantes políticos, fazemos as seguintes reflexões:

- **A democracia participativa**

A participação cidadã é um dos pilares básicos da democracia. De facto, as experiências participativas costumam obter resultados altamente positivos quanto aos níveis de legitimação e satisfação democráticos. A participação cidadã pode ser direta dos cidadãos ou mista através de intermediários, que podem ser as associações ou outros órgãos.

A democracia participativa concede aos cidadãos a possibilidade de participar, seja opinando, deliberando ou votando, a propósito de decisões que afetam o dia a dia das suas vidas. Deste modo podem priorizar-se as necessidades básicas da cidadania.

É uma necessidade para o desenvolvimento social, económico e meio ambiental que o conjunto da sociedade se veja envolvido no processo decisório. Um mundo sustentável é possível se existe a conscientização entre os indivíduos que constituem as empresas, o setor público e a sociedade civil. A colaboração entre os diferentes setores acarreta um fortalecimento do tecido social necessário para alcançar o bem-estar na vida pública.

Por conseguinte, **a democracia representativa não é suficiente, mas deve estar complementada pela participação cidadã.** São os cidadãos que melhor sabem quais as suas preocupações e interesses, por isso devem poder influir no governo e mesmo codecidir em função dos seus interesses e visões da comunidade. A falta de participação cidadã dá como resultado o prevaecimento dos interesses das minorias económicas mais poderosas.

- **Transparência e participação**



Entendemos que a transparência e a participação são dois conceitos indissociáveis. Se os governos não são transparentes, não abrem os dados e a informação sobre a gestão pública, a participação não tem sentido, já que os cidadãos não podem opinar e participar com conhecimento de causa.

Por outro lado, a abertura de dados e a transparência por si só não têm muito interesse se não vão acompanhadas da capacidade dos cidadãos para poder incidir na tomada de decisões, através de políticas que possam modificar e melhorar a realidade existente.

Deste modo, preconizamos que os poderes públicos sejam transparentes e abram os dados para poder oferecer uma participação cidadã realmente efetiva, e que os dois âmbitos (transparência e participação) sejam coordenados de forma transversal nas diferentes esferas de governo.

- **Descentralização a nível local**

É na escala local onde se detetam os desafios de desenvolvimento. A sua proximidade com o cidadão faz com que as suas respostas se adaptem melhor às necessidades e problemas da população. Por isso, é importante que os organismos internacionais e as agências de cooperação ajudem a levar a cabo um processo de descentralização política no âmbito do desenvolvimento. A capacidade de diálogo de todas as partes implicadas nos governos locais não está presente nos governos centrais.

A proximidade é fundamental em políticas de desenvolvimento, já que é necessário fazer um seguimento exaustivo dos objetivos e do seu alcance. Objetivos que diferem com base no território do qual se trata, portanto a autonomia local em tema de desenvolvimento é um assunto a tratar. Não obstante, deve evitar-se que o processo de descentralização implique maior burocratização; o objetivo é que a ajuda –não intervenção- dos organismos internacionais e das agências de cooperação suponha uma agilização e uma melhoria.

- **Comunicação e Interiorização**

É necessário informar adequadamente a população sobre todos os mecanismos de participação e sobre a maneira como funcionam. Um município pode ter ambiciosos mecanismos e práticas participativas, mas se estes forem desconhecidos pela cidadania não vão ser utilizados por esta, e perderão a sua efetividade. Portanto, acreditamos que a informação, a educação e a sensibilização da população a respeito dos mecanismos de participação política é muito importante, e de decisiva para o êxito dos processos participativos.



Quanto à “interiorização”, fazemos referência à necessidade que os responsáveis políticos e funcionários dos governos assimilem e apostem pela participação como um meio de melhorar o governo, e não como uma concorrência ou desafio ao seu poder.

- **O uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC)**

As mudanças sociais e políticas introduzidas pelas novas tecnologias da comunicação, como a internet, os telefones inteligentes (*smartphones*) e todas as aplicações associadas não devem ser esquecidas nos objetivos de desenvolvimento, e podem ser uma ferramenta muito interessante para os processos participativos. Através destas tecnologias é possível partilhar a informação com maior facilidade (*open data*), comunicar melhor ou estabelecer debates que evitem deslocamentos ou inúmeras reuniões que podem complicar os processos participativos.

Neste campo ainda existe muito por estudar e empreender para conseguir melhores resultados.

- **O papel dos orçamentos participativos**

Os orçamentos participativos permitem conhecer as prioridades da população, ao mesmo tempo que se incrementa a participação e a consciência cidadã. Constituem uma ferramenta por meio da qual é possível garantir transparência, corresponsabilidade, coerência, eficiência e eficácia na administração dos recursos públicos.

Os orçamentos participativos podem ser considerados como um processo pedagógico para alcançar maiores participações cidadãs no futuro. Com a perspectiva de criar governos em que existam espaços de cooperação entre cidadãos, organizações da sociedade civil e órgãos do governo, de maneira que sejam negociáveis as questões mais significativas.

Não obstante, o orçamento participativo não é um processo fácil de implementar em qualquer contexto, e em determinadas ocasiões é aconselhável a participação de peritos para verificar uma correta implementação.

- **Avaliação**

Como toda política pública, as políticas de participação cidadã devem ser avaliadas de forma correta e periódica para poder detetar as falhas e os erros na sua implementação e melhorar a sua efetividade.



Recomendamos uma avaliação das práticas participativas como forma de conseguir ainda um maior impacto no desenvolvimento social, económico e meio ambiental das comunidades.

Diante do exposto, o OI DP propõe que se reflita sobre a necessidade de apoiar **a autonomia dos governos locais** através de processos de descentralização efetiva. Além do mais, enfatiza a necessidade que estes governos locais se abram à **governança dos seus cidadãos**. Portanto, nas instâncias internacionais e nacionais é preciso promover a participação cidadã através da legislação, a distribuição de recursos, a formação de profissionais e o apoio político.

Também propomos que todos os projetos de cooperação ao desenvolvimento incluam sempre processos de **deliberação e codecisão** com as populações afetadas, para que o projeto implique um empoderamento dos cidadãos, além de uma melhoria das suas condições materiais de vida.

Ideias destacáveis:

- A democracia local deve incluir elementos de democracia participativa.
- Os cidadãos são os melhores atores para detetar as suas próprias necessidades básicas.
- Portanto, uma participação de baixo para cima (*bottom up*) é uma boa estratégia para conseguir o desenvolvimento económico e social.
- Para que os cidadãos possam participar precisam ter informação e acesso aos dados básicos da sua comunidade.
- Os governos locais são os mais próximos ao cidadão, portanto uma descentralização de poder político e de recursos financeiros deve ser empreendida até este nível de poder.
- Além de difundir e comunicar os processos de participação entre a população para que estes sejam bem-sucedidos, é fundamental que os políticos e funcionários públicos acreditem nestas políticas.
- A participação cidadã não apenas é um meio para melhorar a governança, mas também é um fim em si mesma, já que melhora a qualidade democrática.